

II.11.7 PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

II.11.7.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Comunicação Social (PCS) refere-se à atividade de perfuração marítima a ser realizada em um poço exploratório no Bloco CE-M-715, pela Chevron na Bacia do Ceará, para avaliar a presença de hidrocarbonetos, em cumprimento ao Programa Exploratório Mínimo – PEM apresentado à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O projeto foi desenvolvido de acordo com as orientações do Termo de Referência CGPEG/ DILIC/ IBAMA nº 35/14. Em função dos resultados do poço em referência, a empresa poderá perfurar mais um poço.

A execução de um PCS neste contexto justifica-se pela necessidade de informar e esclarecer as comunidades identificadas como Área de Influência sobre os principais aspectos da atividade em licenciamento. Para tanto, entende-se que seja estabelecido um relacionamento regular com grupos, atores e sujeitos sociais que iniciarão, em sua maioria, suas relações com o setor de petróleo e gás natural, devido ao recente estabelecimento dessa indústria na região. Torna-se, assim, responsabilidade da empresa desenvolver um processo de comunicação que atenda às diretrizes do licenciamento e à realidade local.

II.11.7.2 OBJETIVOS

Objetivo geral

Esclarecer as comunidades identificadas como público-alvo sobre aspectos da atividade de perfuração marítima a ser licenciada para a Chevron no Bloco CE-M-715, na Bacia do Ceará.

Objetivos específicos

1. Estabelecer uma via de interlocução regular com os grupos, atores e sujeitos sociais, por meio da qual as partes interessadas possam ser informadas e incentivadas a manifestar suas dúvidas e posicionamentos;
2. Promover o aprendizado e a construção de entendimentos comuns sobre as atividades da empresa na região;
3. Informar especificamente os seguintes aspectos do empreendimento: (i) nome da empresa que realizará a atividade; (ii) nome da sonda e das embarcações de apoio e suas respectivas funções; (iii) os equipamentos visíveis na superfície do mar; (iv) as características da operação; (v) área e período em que será realizada a atividade; (vi) medidas a serem adotadas pela Chevron para mitigação e controle dos riscos e impactos efetivos e potenciais da atividade, relacionando-os aos Projetos Ambientais exigidos pelo IBAMA no processo de licenciamento; e (vii) previsão de indenização por danos causados a petrechos de pesca;
4. Monitorar a Zona de Segurança do empreendimento.

II.11.7.3 METAS E INDICADORES

De modo a garantir o alcance dos objetivos propostos, foram estabelecidas metas e indicadores para avaliar a execução do PCS. As metas referem-se aos resultados que se desejam obter com a execução do projeto, enquanto os indicadores quantificam a execução das metas e mostram os resultados alcançados. As metas e indicadores do PCS são apresentados na **Tabela II.11.7.3.1**.

TABELA II.11.7.3.1 – Objetivos específicos, Metas e Indicadores

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	INDICADOR
1; 2; 3; 4	Informar sobre o empreendimento antes da atividade de perfuração para 100% das partes interessadas (público-alvo), atingindo pelo menos 90% do público-alvo.	› Índice de recebimento pelo público-alvo dos boletins informativos impressos. Este índice é formado pela relação entre o número de entidades do público-alvo que receberam os instrumentos de divulgação <i>versus</i> número total de entidades do público-alvo.
1; 2; 3	Divulgar o início e o término da atividade em rádios com abrangência na Área de Influência.	› Índice de divulgação de anúncios veiculados e período de veiculação na Área de Influência, realizados por meio de radiodifusão.
1; 2	Registrar e retornar 100% dos contatos diretos realizados na linha telefônica e no endereço eletrônico disponível.	› Índice de contatos diretos realizados e retornados. Este índice é composto pelo total de contatos realizados retornados <i>versus</i> o total de contatos recebidos.
1; 2	Registrar 100% dos questionamentos, preocupações e percepções sobre o empreendimento e sobre o licenciamento de modo geral.	› Índice de registros de esclarecimentos efetuados, com evidências como: depoimentos, documentos redigidos, como atas de reuniões e cartas de resposta. Este índice é formado pelo número de esclarecimentos efetuados <i>versus</i> o de esclarecimentos solicitados.
4	Monitorar a Zona de Segurança do empreendimento, registrando em planilha e fotografia 100% das embarcações que possibilitarem alcance de visão que adentrarem a Zona de Segurança.	› Número de abordagens a embarcações de pesca. › Comparação das localidades dos Portos de Registro das embarcações abordadas durante a atividade com as localidades da Área de Influência. › Porcentagem de dias nos quais a Zona de Segurança foi monitorada em relação ao número de dias de operação da atividade.
4	Informar à CGPEG 100% dos casos de ocorrência de acidentes e incidentes com barcos e petrechos de pesca.	› Número de incidentes ocorridos com barcos ou equipamentos de pesca e descrição das medidas tomadas em cada caso.

II.11.7.4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste PCS é composto por dois segmentos sociais:

- Usuários do espaço marítimo, subdivididos em organizações de classe. Neste segmento, são consideradas colônias, sindicatos e associações de pescadores, assim como comunidades pesqueiras dos sete municípios do Ceará que fazem parte da Área de Influência da atividade de perfuração marítima no Bloco CE-M-715, na Bacia do Ceará; a saber: (i) Icapuí; (ii) Fortaleza; (iii) São Gonçalo do Amarante; (iv) Paracuru; (v) Paraipaba; (vi) Trairi e (vii) Acaraú.
- Instituições do setor público, subdividido na esfera federal, estadual e municipal, do setor empresarial e do terceiro setor. Neste segmento são consideradas as instituições representativas que

possuem interface com o meio ambiente, licenciamento ambiental e atividade da pesca, uma vez que possuem relação direta ou indireta com a atividade de perfuração.

Especialmente com relação ao primeiro segmento (instituições de classe e comunidades pesqueiras), a sua composição foi identificada em levantamentos de dados primários e secundários, cujos resultados foram apresentados no EAP (Meio Socioeconômico). O **Anexo A** apresenta a relação de comunidades cuja área de pesca se sobrepõe à área da rota das embarcações de apoio, assim como as instituições de classe destas comunidades e respectivas informações de contato. O **Anexo B** apresenta a lista de instituições que compõem o público-alvo deste PCS.

II.11.7.5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para as ações a serem executadas neste projeto fundamenta-se em princípios de transparência e de compromisso com o processo de comunicação regular. A proposta metodológica busca o envolvimento de grupos de interesse, bem como demais atores sociais que atuam na atividade de pesca, incluindo pescadores e organizações. Diante deste envolvimento, busca-se estabelecer uma agenda para entendimentos comuns acerca do empreendimento e do licenciamento ambiental.

As ações previstas neste PCS abrangem todo o período de atividade de perfuração marítima no Bloco CE-M-715, a saber: mobilização da unidade de perfuração, a perfuração propriamente dita e avaliação dos resultados do empreendimento. O projeto será desenvolvido em três etapas: Etapa 1 – antes da atividade; Etapa 2 – durante a atividade e Etapa 3 – ao final da atividade.

A comunicação será realizada por meio de transmissão de informações de maneira clara e objetiva, considerando três *instrumentos de divulgação*: boletins informativos impressos, canais de contato direto e radiodifusão.

Em todas as ações de comunicação, é inerente considerar algumas premissas que, percebidas de modo integrado e interdependente, auxiliaram no planejamento deste projeto:

- A partir do entendimento de que **o indivíduo é um ser social**, a comunicação é uma das maneiras utilizadas para estabelecer relações sociais. Segundo Peirce (1999), a comunicação é orientada pela semiótica e deve ser compreendida como a materialização do pensamento e do sentimento em signos conhecidos pelas partes envolvidas. É esta materialização que possui um potencial de diálogo, ou seja, de conversa que deve ser utilizada de maneira clara, especialmente com os pescadores, na entrega dos boletins informativos impressos, nos pontos de desembarque. Para Maturana (1998), a conversa, na ação educativa, é elemento central na relação que produz o conhecimento e constitui-se em um espaço relacional por excelência na ação educativa.
- **A comunicação possui barreiras que requerem compreensão e diluição.** De modo geral, são três os tipos de barreiras (RAMOS, 2003):
 - Humanas (limitações pessoais, hábitos de ouvir, emoções, preocupações, sentimentos pessoais, motivações e interesses, opiniões e atitude);
 - Físicas (espaço físico, distância, interferência física, falhas mecânicas, ruídos ambientais, ocorrências locais);

- Semânticas (interpretação das palavras, tradução da linguagem, significado de sinais e símbolos, decodificação de gestos e sentido das lembranças e experiências).
- **A objetividade na comunicação não será alcançada em sua plenitude**, devido a dificuldades que o receptor possui em apreender a informação na integralidade (a isso, dá-se o nome de Objetividade Impossível). Parte desse entendimento deriva da existência das barreiras mencionadas e do fato de que uma fração de interlocutores envolvidos não é observadora experimentada (BARROS FILHO, 2003), ou seja, neste caso, não possui qualquer experiência no que se refere ao licenciamento ambiental ou à relação com a indústria de petróleo.

Etapas

Considerando o período estimado para as operações de perfuração exploratória no Bloco CE-M-715 de três meses, é prevista a execução de três etapas, que refletem os instrumentos de divulgação das informações ao público-alvo, sintetizadas na **Tabela II.11.7.5.1** e apresentadas no decorrer deste documento.

TABELA II.11.7.5.1 – Etapas do PCS voltadas para o público-alvo

Etapas / Atividades	Etapa 1 – Antes do início da perfuração	Etapa 2 – Durante a perfuração	Etapa 3 – Ao término da perfuração
Boletins informativos impressos	Sim	Não	Não
Contato direto	Sim	Sim	Sim
Rádiodifusão	Sim	Não	Sim

Instrumentos de divulgação

- **Boletim informativo impresso**

O boletim informativo impresso (modelo no **Anexo C**) será entregue pelos Correios principalmente, mas não apenas, aos representantes do setor público, do setor empresarial e do terceiro setor definidos como público-alvo, nos pontos de concentração de pescadores da Área de Influência, nos portos de desembarque pesqueiro (principalmente aos usuários do espaço marítimo apresentados como público-alvo) e em reuniões institucionais com as Colônias de Pescadores de cada um dos sete municípios que compõem a Área de Influência. A entrega deverá ser feita antes do início da perfuração. A tiragem mínima para a primeira entrega é de 1.000 exemplares (considerando os sete municípios da Área de Influência e suas diversas comunidades pesqueiras, e os grupos de interesse que atuam no espaço geográfico definido pela Área de Influência da atividade e outros segmentos da sociedade interessados – público-alvo). A quantidade a ser distribuída é apresentada na **Tabela II.11.7.5.2**, estimando uma margem de sobra para distribuição adicional.

TABELA II.11.7.5.2 – Quantidade de exemplares a ser distribuída

SEGMENTO	TOTAL DE ATORES SOCIAIS	QUANTIDADE DE EXEMPLARES POR ATOR SOCIAL	TOTAL
Comunidades pesqueiras	26	30	780
Instituições da classe pesqueira	15	10	150
Demais instituições dos grupos de interesse	38	1	38

Para esclarecer as comunidades identificadas como público-alvo sobre aspectos da atividade de perfuração marítima no Bloco CE-M-715, o boletim informativo deverá enfatizar a descrição das atividades, os aspectos ambientais da Área de Influência do empreendimento, impactos ambientais efetivos e potenciais da atividade; medidas mitigadoras aplicáveis a estes impactos, assim como os meios de contato direto entre a empresa e a população.

- **Contato direto**

A etapa regular de contato direto envolve abordagem de relacionamento mais próximo das comunidades pesqueiras, buscando manter um canal de interlocução que incentive o diálogo.

O contato direto deve ocorrer por meio de:

- (i) Disponibilização de linhas telefônicas nos estados que a empresa atuará, considerando sua Área de Influência, para atender as reclamações e consultas das partes interessadas. As linhas fora desses estados estarão habilitadas para receberem chamadas a cobrar. As informações necessárias para que sejam feitos os contatos estarão apresentadas nos materiais informativos.
- (ii) Rádio ou abordagem direta das embarcações pesqueiras que estejam navegando ou pescando próximo à atividade, por parte da unidade de perfuração, embarcações de apoio e dedicada.

Durante esse contato, serão repassadas informações sobre os cuidados para a navegação na área prevista para a realização da atividade e o período de tempo no qual a atividade pesqueira não poderá ser praticada na região da Zona de Segurança. Essa comunicação, portanto, está relacionada diretamente ao monitoramento da atividade pesqueira. Um responsável na embarcação será capacitado a esclarecer, de forma adequada, sobre os impedimentos à atividade pesqueira, além de preencher a Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras.

- **Rádiodifusão**

Serão elaborados anúncios para divulgação em rádios AM, FM e VHF (frequência marítima) com comunicados sobre o início das atividades, período de execução e restrições a outras atividades, principalmente às embarcações pesqueiras que estejam navegando ou pescando próximo à atividade. Deverão ser divulgados os locais, data e hora de reuniões, além de outras informações relevantes à segurança e proteção ambiental. Ao término da atividade, anúncios também serão divulgados com comunicados.

A frequência sugerida de veiculação é de três dias consecutivos, no início e ao término da atividade. As informações serão divulgadas em horários de maior audiência pelos atores diretamente afetados pela atividade, geralmente pela manhã e no fim de tarde. O conteúdo dos comunicados de início da atividade é apresentado no **Anexo D**.

II.11.7.6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A eficiência do PCS será avaliada nos relatórios de implementação do projeto e terá como base a comparação dos resultados obtidos com os indicadores de implantação das metas. Seu conteúdo mínimo apresentará:

- Descrição dos resultados alcançados a partir do cruzamento dos indicadores e da verificação das metas do projeto;
- Relação de barcos observados durante a operação e uma análise quantitativa e qualitativa dos dados por meio da *Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras*;
- Cópias dos comprovantes de envio dos materiais informativos com Aviso de Recebimento;
- Registros de contatos telefônicos em ordem sequencial, considerando as seguintes informações: data e horário da ligação, responsável pelo atendimento, nome da pessoa que fez a ligação, local de origem da ligação, público-alvo ao qual pertence, objetivo da ligação (reclamações, sugestões, dúvidas, entre outros) e os encaminhamentos decorrentes da ligação;
- Conteúdo dos anúncios veiculados gravado em mídia digital; comprovante de veiculação.
- Fotos, vídeos e outras documentações que ilustrem o desenvolvimento e implantação do Projeto durante todas as etapas previstas.
- Avaliações sistematizadas sobre o entendimento dos boletins informativos entregues. Essas avaliações deverão ser realizadas nas reuniões com as entidades de pescadores, mensurando o nível de entendimento e clareza de comunicação.

II.11.7.7 RESULTADOS ESPERADOS

Resultados esperados da comunicação não devem ser pensados como algo imutável ou absolutamente concreto. Comunicação envolve relacionamento e relações humanas, o que remete à subjetividade e perspectivas muito mais qualitativas do que quantitativas. Dessa maneira, o cenário de resultados esperados é:

- Processo de aprendizado fortalecido;
- Base de relacionamento entre empresa e público-alvo construído com pilares norteados em respeito e diálogo para possíveis novas etapas de atuação da Chevron na Bacia do Ceará.

II.11.7.8 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Este PCS inter-relaciona-se com os demais projetos ambientais desenvolvidos para as atividades da Chevron na Bacia do Ceará, na medida em que disponibilizará informações não somente sobre a perfuração propriamente, mas também sobre os outros projetos ambientais propostos.

II.11.7.9 ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS E OUTROS

O PCS responde ao princípio constitucional da garantia ao direito do cidadão de acesso a informações de atividades que, potencialmente, podem implicar em danos ambientais, atendendo ao Termo de Referência CGPEG/ DILIC/ IBAMA nº 35/14, elaborado para o licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima nos Blocos CE-M-715.

II.11.7.10 CRONOGRAMA FÍSICO

A Tabela II.11.7.10.1 apresenta o cronograma físico do PCS para o primeiro semestre de implementação do empreendimento.

TABELA II.11.7.10.1 – Cronograma físico

ATIVIDADE	2 MESES ANTES		1 MÊS ANTES				DURANTE				AO FIM		
Aprovação do PCS.	■	■											
Elaboração de boletim informativo impresso.	■	■											
Criação de canais de comunicação entre a Chevron e a população (contato direto).			■	■	■	■	■						
Elaboração de anúncio de rádio.				■	■								
Veiculação de anúncio de rádio no início e ao término da atividade.							■						■
Envio e entrega de boletins informativos impressos pelos Correios, em reuniões com Colônias de Pescadores e portos de desembarque.					■	■	■						
Estabelecimento de contato direto.								■	■	■	■	■	■
Monitoramento da Zona de Segurança.								■	■	■	■	■	■
Acompanhamento e organização das evidências de execução do PCS.								■	■	■	■	■	■
Relatório de Acompanhamento e Apresentação dos Resultados do PCS.													■

II.11.7.11 RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL

A responsabilidade final pelo planejamento, programação e implementação deste PCS é da Chevron. A empresa estará encarregada, diretamente, pela logística necessária para o desenvolvimento e monitoramento do projeto em questão.

Na alternativa de contratação de serviços de terceiros, a Chevron ficará responsável pelo fornecimento, para a equipe executora, de todas as informações relativas aos cronogramas de perfuração e suas fases de execução, de forma a possibilitar uma eficiente execução das atividades.

II.11.7.12 RESPONSÁVEL TÉCNICO

Pela elaboração do PCS, a responsabilidade técnica é dos profissionais relacionados na Tabela II.11.7.12.1 A cópia dos registros no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA também é apresentada no item II.13 – Equipe Técnica.

TABELA II.11.7.12.1 – Responsáveis técnicos.

Nome	Formação	Cadastro IBAMA	Conselho de classe	Assinatura
Bárbara Loureiro	Geografia	494.440	CREA-RJ 2.009.104.082	
Priscila Cordts	Comunicação Social	3.989.759	Não aplicável	

II.11.7.13 REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, C. *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MATURANA, R. H. *Da biologia e psicologia*. Porto Alegre: Artmed. 1995.

RAMOS, C.L. *Barreiras e estímulos da comunicação interpessoal nas organizações*. 2003. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2843/2/9907500.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva. 1999.